

DIFERENTES USOS DO LIVRO DIÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA, NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

Cassia Helena Guillen Cavarsan

Resumo

Este trabalho insere-se no campo da História da Educação e é parte de uma pesquisa realizada no Mestrado. Tem como objetivo compreender como o livro didático de Língua Portuguesa foi consumido e usado por nove docentes que lecionaram para o Primeiro Ano do Ensino Fundamental de nove anos, no período de 2007 a 2011. Para a execução desta pesquisa foram realizados dois momentos essenciais, um através de análises documentais escolares, e outro por meio de entrevistas semiestruturadas, em quatro unidades de ensino da rede municipal de São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba, capital do Estado do Paraná, Brasil. Este estudo teve como aporte teórico a Nova História Cultural, mais precisamente em Chartier (1994) que auxiliou a pensar como se comportam os livros, ou seja, que esses sempre buscaram instaurar uma ordem. Com Michel de Certeau (1994) que trouxe a reflexão sobre certas operações muito próprias, particulares que sujeitos usuários realizam desde os seus repertórios que possuem para atuarem com e sobre certos bens culturais. Bittencourt (2010) colaborou com este trabalho ao esclarecer as teias de relações que envolvem um mesmo objeto cultural. As autoras Amado e Ferreira (2006), ao tratarem de questões relacionadas à história oral, trazem compreensão para entender o comportamento das entrevistadas. Munakata (2002) corroborou no entendimento de que os professores não são agentes passivos ou neutros, mas que fazem escolhas conscientes. Hébrard (1990) que conta a história da representatividade dos saberes para a cultura escrita ao longo do tempo. Concluiu-se, com os estudos alcançados, que os diferentes usos do livro didático de Língua Portuguesa, que foram empreendidos pelas professoras entrevistadas, suas intenções e decisões, foram constatados através dos seus depoimentos e também pelas fontes analisadas. Essas ações configuram-se ora por se constituir em mudanças que as docentes fizeram nas atividades propostas do livro didático, ora por quando elas estabeleciam novas formas de (re)elaborar a sequência didática das atividades propostas. Nesse sentido, pode-se perceber que as professoras do primeiro ano do Ensino Fundamental de nove consumiram o livro didático estabelecendo múltiplas possibilidades de uso para um mesmo objeto cultural.

Palavras-chave: Docentes. Consumo e uso. Livro didático.

Introdução

Este trabalho insere-se no campo da História da Educação e é parte de uma pesquisa realizada no Mestrado. Tem como objetivo compreender como o livro didático de Língua Portuguesa foi consumido e usado por nove docentes que lecionaram para o Primeiro Ano do Ensino Fundamental de nove anos, no período de 2007 a 2011. As professoras entrevistadas são identificadas pelas letras A, B, C, D, E, F, G, H e I.

Para a execução desta pesquisa foram realizados dois momentos essenciais, um através de análises documentais escolares, e outro por meio de entrevistas semiestruturadas

em quatro unidades de ensino da rede municipal de São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba, capital do Estado do Paraná, Brasil.

Este estudo teve como aporte teórico a Nova História Cultural, mais precisamente em Chartier (1994) que auxiliou a pensar como se comportam os livros, ou seja, que esses sempre buscaram instaurar uma ordem. Com Michel de Certeau (1994) que trouxe a reflexão sobre certas operações muito próprias, particulares que sujeitos usuários realizam desde os seus repertórios que possuem para atuarem com e sobre certos bens culturais. Bittencourt (2010) que colaborou com este estudo ao esclarecer as teias de relações que envolvem um mesmo objeto cultural. Munakata (2002) que corroborou no entendimento de que os professores não são agentes passivos ou neutros, mas que fazem escolhas conscientes.

1. Breves considerações sobre a implantação do Ensino Fundamental de nove anos

O Ensino Fundamental de nove anos teve como principal amparo legal e orientação para sua implantação a Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006. Esta Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) ampliou o ensino de oito para nove anos de duração, com a matrícula de criança de seis anos de idade e estabeleceu prazo de implantação, pelos sistemas, até 2010.

O Governo Federal lançou, naquele momento, alguns documentos norteadores a respeito da implantação, especificamente em relação ao primeiro ano. O então Ministro da Educação, Fernando Haddad (2006) e o Secretário da Educação Básica, Francisco das Chagas Fernandes (2006) definem as condições de ingresso da criança neste ensino:

Para que o ensino fundamental de nove anos seja assumido como direito público subjetivo e, portanto, objeto de recenseamento e de chamada escolar pública (LDB 9.394/1996, Art. 5º), é necessário, nesse momento de sua implantação, considerar a organização federativa e o regime de colaboração entre os sistemas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal. Deve-se observar, também, o que estabelece a Resolução CNE/CEB no 3/2005, de 3 de agosto de 2005, que fixa, como condição para a matrícula de crianças de seis anos de idade no ensino fundamental, que essas, obrigatoriamente, tenham seis anos completos ou a completar no início do ano letivo em curso. (BEAUCHAMP; PAGEL; NASCIMENTO, 2007, p.6).

Em o “Ensino Fundamental de Nove Anos: passo a passo do processo de implantação” (BRASIL,2009), outro documento daquela época, o intuito do Ministério da Educação foi, primeiramente, subsidiar gestores tanto estaduais, quanto municipais, conselhos de educação, comunidade escolar e os demais órgãos e instituições que estariam envolvidos na extensão do

ensino de nove anos. Nesse sentido, o documento trazia as explicações, justificativas, benefícios e garantias que deveriam ser cumpridas em face da implantação do primeiro ano:

Com essa medida, o Estado reafirma o Ensino Fundamental como direito público e subjetivo, estabelecendo a entrada das crianças de seis anos de idade no ensino obrigatório, garantindo-lhes vagas e infraestrutura adequada.

Os objetivos da ampliação do ensino fundamental para nove anos de duração são:

- a) Melhorar as condições de equidade e de qualidade da Educação Básica;
- b) Estruturar um novo ensino fundamental para que as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade;
- c) Assegurar que, ingressando mais cedo no sistema, as crianças tenham tempo mais longo para as aprendizagens da alfabetização e do letramento;

O prazo para que todos os sistemas de ensino planejem, implantem o ensino fundamental de nove anos é o ano letivo de 2010, conforme a Lei nº 11.274/2006, ou seja, deve estar planejado e organizado até o final de 2009. (BRASIL, 2009, p. 5)

A escola, com a inserção desta nova turma, ganhou um novo formato na educação básica, isto é, o ensino de nove anos. Para entender o novo contorno da educação brasileira, foi composto o Quadro 1, demonstrando como ficou a equivalência da nova nomenclatura da organização do Ensino Fundamental, a partir de então:

Quadro 1 – Equivalência entre o Ensino Fundamental de 8 e de 9 anos

| Ensino Fundamental com 8 anos de duração | Ensino Fundamental com 9 anos de duração | Idade correspondente no início do ano letivo |
|---|---|---|
| - | 1º ano | 6 anos |
| 1ª série | 2º ano | 7 anos |
| 2ª série | 3º ano | 8 anos |
| 3ª série | 4º ano | 9 anos |
| 4ª série | 5º ano | 10 anos |
| 5ª série | 6º ano | 11 anos |
| 6ª série | 7º ano | 12 anos |
| 7ª série | 8º ano | 13 anos |
| 8ª série | 9º ano | 14 anos |

Fonte: Ministério da Educação e Cultura (BRASIL, 2009).

A implantação na rede de São José dos Pinhais ocorreu, em sua vez, através da seguinte determinação legal, “O Município de São José dos Pinhais fez opção por implantar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, no ano de 2007, após estudo e indicação do Conselho Municipal de Educação”(SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2008, p. 13).

Nesse início, havia por parte dos docentes que se aventuraram a lecionar para essa nova turma do primeiro ano muitas dúvidas de como trabalhar com essa faixa etária de criança. A mais frequente inquietação por parte desses profissionais era em saber se priorizavam a alfabetização ou apenas o trabalho com o lúdico e o brincar.

Quando, porém, a primeira remessa de livros didáticos chegou até as escolas havia por parte dos docentes grande expectativa de que esse material pudesse colaborar com o processo de ensino e aprendizagem dos alunos da nova turma da escola. Sendo assim, para conhecer como se deu essa questão foi realizada uma entrevista com nove professoras que foram as pioneiras no trabalho com o primeiro ano, na época da implantação do município mencionado.

2. Diferentes usos do livro didático no 1º ano do Ensino Fundamental de nove anos

Nove professoras, portanto, identificadas pelas letras A, B, C, D, E, F, G, H e I que pertencem a quatro unidades de ensino da rede municipal de São José dos Pinhais, e que lecionaram ou ainda lecionam nos primeiros anos do Ensino Fundamental, dispuseram-se a trazer algumas de suas experiências com o livro didático (LD) em sala de aula. Esse momento ocorreu por meio de uma entrevista semiestruturada, que serviu como roteiro, para que elas pudessem lembrar vários aspectos concernentes ao uso desse material didático em suas práticas. Foram nove questões que nortearam a entrevista, porém para este trabalho priorizou-se as questões relacionadas especificamente ao uso do LD de Língua Portuguesa, na turma do primeiro ano.

Com efeito, antes de passar para o uso propriamente dito do LD, através das perspectivas das professoras entrevistadas, convém ressaltar que a ideia de uso está aqui sendo entendida pela acepção que Certeau (1994) traz de “uso e consumo”. Duas categorias que parecem peculiares para análise e possível entendimento sobre o que se traz aqui acerca do LD de Língua Portuguesa, no primeiro ano do Ensino Fundamental.

Assim, Certeau (1994) contribui para este estudo pensar sobre certas operações muito próprias, particulares que sujeitos usuários realizam desde os seus repertórios que possuem para atuarem com e sobre certos bens culturais. Aqui o bem central é o LD, os sujeitos são professores e alunos do primeiro ano do Ensino Fundamental. Desse modo, o que estes sujeitos “fabricariam” e/ou teriam fabricado com esse objeto cultural que é o LD? Como eles o tomariam para si? Como o teriam absorvido? E ainda, como teria ou teriam sido as possíveis operações de uso e de apropriação? Neste sentido, pode-se falar também das possibilidades de consumo ou não desse objeto cultural.

Importante considerar que, às vezes, o uso remete a *táticas* no entendimento de Certeau (1994), e estas são concebidas como própria dos “fracos”, ou seja, daqueles que não tem o poder de definir questões de ordem social, consideradas importantes na coletividade.

Por outro lado, do ponto de vista do LD, quais são as *estratégias* (CERTEAU, 1994) que este material possui para instalar uma ordem (CHARTIER, 1994) que deve ser seguida? Diante das distintas indagações a respeito das teias de relações (BITTENCOURT, 2010) que envolvem o LD, passa-se enfim para a apreciação dos dados tomando como referência para a distribuição dessa apreciação as questões que nortearam o processo de coleta de dados.

Ao serem instigadas para falarem sobre como ocorreram os diferentes usos do LD, algumas das entrevistadas foram alguns momentos um tanto lacônicas nas respostas (A, C, D e E). Já as Professoras F e G, não responderam essa questão, pois a primeira declarou que usou o livro didático na íntegra, isto é, seguindo exatamente a orientação desse material, e a segunda optou por não fazer uso desse objeto em sua prática. Tais respostas podem ser vistas a seguir:

Algumas atividades e/ou metodologias foram adaptadas às necessidades dos alunos, (livro “A escola é nossa”). (Professora A)

Como um recurso auxiliador. (Professora C)

Não tinha condição de começar uma atividade e ir até o final, pulava algumas ou tinha que adaptá-las as necessidades da turma. (Professora D)

Utilizei atividade do livro, porém mudei o texto e o contexto. (Professora E)

Pode-se perceber que nesse ponto da entrevista as docentes são um pouco breves e dúbias. Porém, esse procedimento contido das entrevistadas pode ser ocorrido por vários fatores. A propósito disso, as autoras Amado e Ferreira (2006), ao tratarem de questões frequentes como essa, relacionadas à história oral, trazem respostas para esse comportamento das docentes:

Primeiramente, de modo mais ou menos pacífico, a entrevista é um jogo de esconde-esconde entre o historiador e seu interlocutor. O primeiro instalado numa posição de inquisidor, se apresenta como “aquele que sabe” ou saberá, porque sua missão é estabelecer a verdade. O segundo, intimado a fornecer informações que permitirão essa operação, frequentemente é forçado a ficar na defensiva [...] o historiador tem que navegar na crista de uma onda sempre prestes a arrebentar, seja na beira de uma memória reconstituída ou firmemente construída por motivos diversos (preservação de uma identidade coletiva ou de um mito, proteção pessoal da vida passada, risco de ter que mudar de modo de representação de sua própria existência...), seja no curso de uma empatia participante [...] Até agora negligenciou-se muito o desconforto, as dificuldades e os riscos que podem representar para um indivíduo sua solicitude em responder às perguntas de um pesquisador. Pois se é natural para o historiador ir buscar na melhor fonte sua melhor informação, para o depoente – muito mais amiúde do que o historiador suspeita – isso custa muito. (AMADO; FERREIRA, 2006, p. 38)

Sendo assim, a postura hesitante das professoras diante da entrevista é um ato previsível de acordo com a perspectiva da história oral, e essa concepção auxilia este estudo a operar com essa situação de maneira compreensiva e, ao mesmo tempo, cautelosa. Este

momento, que poderia ter sido uma oportunidade para as docentes revelarem com maior profundidade como fizeram diferentes usos de um único material, foi pouco explorado por elas, no entanto, há mesmo assim indícios do exercício de *táticas* (CERTEAU, 1994) empreendido nas suas ações.

Apenas a Professora B, diante da entrevista, exemplificou como em sua prática deu ao livro diferentes formas de uso. Essa experiência pode ser percebida na sua fala com detalhes:

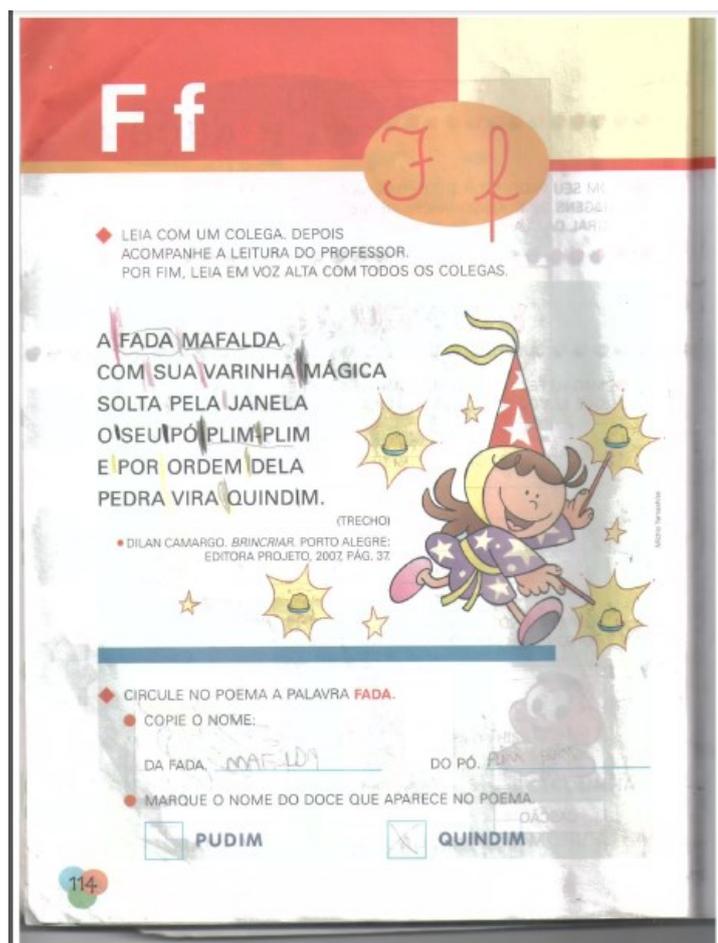
Utilizava os textos do livro, fazendo marcações de espaçamento entre as palavras, localização de letras, palavras ou expressões, título e autor, representação de partes do texto por desenho. Utilizava bastante os textos como introdução de letras do alfabeto e assuntos que seriam trabalhados e aprofundados. (Professora B)

Nessa declaração são revelados o quanto podem ser empreendidos outros usos em uma única proposta de trabalho com texto, pois a Professora B, criou novas possibilidades de uso ao LD, de acordo com o que trabalhava e desenvolvia na sala de aula relacionado ao ensino da Língua Portuguesa.

Um exemplo semelhante à forma utilizada pela Professora B pode ser também visualizado na Figura 1¹.

¹ A fonte “Porta Aberta: letramento e alfabetização lingüística 1º ano” (2008) foi uma doação feita por um aluno que cursou em uma das unidades de ensino pesquisadas.

Figura 1 – Texto com marcações



Fonte: Porta Aberta (BRAGANÇA; CARPANEDA, 2008, p. 114).

Na ilustração da Figura 1, é possível perceber que a docente que conduziu o livro pediu para os alunos marcarem os espaçamentos entre as palavras. Esse procedimento não está prescrito pelo livro e condiz com uma das maneiras de trabalhar com o texto do LD à semelhança do uso que a Professora B relatou. A criatividade constatada nestes atos tanto pode demarcar o uso, como indicar para outras possibilidades que o professor recorre para avançar na apropriação do livro pelo aluno, por meio dos saberes que está sendo ensinados.

A Professora H, por sua vez, declarou que usava o livro para “somente leitura de alguns textos que havia no livro”. Enquanto a Professora I apontou que usava “os textos [...] como ponto inicial de um novo conteúdo”. Nessas breves declarações é possível ainda extrair que as formas encontradas de usar o LD, por essas educadoras, são diferentes das maneiras que a Professora B encontrou para usar esse objeto. Portanto, outras possibilidades, outros usos.

Assim, outro ponto fundamental revelado mediante a esses depoimentos é a verificação da opção de a maioria das professoras entrevistadas fazer uso do LD. Em outros

momentos, os docentes que optavam por usar esse objeto didático sofriam críticas. Sendo assim, aqui ficou demonstrado que estes sujeitos, apesar de estarem dentro de um campo na posição de “inferiores” (CERTEAU, 1994), não são agentes passivos ou neutros. Ao contrário, eles fazem escolhas conscientes e justificadas pelas necessidades que encontram em suas práticas. Nesse sentido, as palavras de Munakata (2002) sustentam esta constatação ao asseverar que:

Esses exemplos revelam não a suposta deficiência do professor que requer, por isso, muletas; ao contrário, mostram a extrema criatividade no manuseio desse material, por cuja escolha esses professores nem sempre foram responsáveis. No limite, não é impossível que a partir de um livro considerado ruim o professor consiga desenvolver uma excelente aula. (MUNAKATA, 2002, p. 92)

Assim, buscando mais uma vez indícios em documentos escolares que demonstrassem o uso do LD e que pudessem corroborar com o relato das docentes, foi encontrado em uma das quatro escolas pesquisadas um “Livro de Registro” e um “Diário de Classe”² que puderam demonstrar que havia práticas semelhantes envolvendo esse material. Na Figura 2, apresenta-se uma ilustração do livro “Registro de Classe”:

² As fontes: “Livro de Registro” ou usualmente chamado de “Livro de Chamada”, mais o “Diário de Classe” (2011) pertenceram a autora deste texto, quando esta era docente do primeiro ano. As outras docentes alegaram não possuir mais seus planos de aula ou “Diários de Classe” daquela época. Por essa razão, foram selecionados os documentos que esta autora encontrou na escola, onde lecionou.

Figura 2 – Registro de Classe

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

REGISTRO DE CLASSE
ANOS INICIAIS - ENSINO FUNDAMENTAL

FREQUÊNCIA
APROVEITAMENTO ESCOLAR
CONTEÚDO

ANO/PERÍODO LETIVO 2011

ESTABELECIMENTO: Escola Mun. Prof. Leci Caldeira Scherner

PROFESSOR(A): Cássia Helena Guillen Cavassan

| | | |
|---------------------|--------------|----------|
| ORGANIZAÇÃO: 1º ano | TURNO: Tarde | TURMA: A |
|---------------------|--------------|----------|

Fonte: Arquivo da Escola Municipal Professora Leci Caldeira Scherner (2011).

Na Figura 2, que corresponde ao “Livro de Registro de Classe (2011)”, encontra-se o registro de vários saberes, como o da Língua Portuguesa, o da Matemática, o da Ciência, o da História e Geografia, além das outras áreas como Educação Física e Arte. Porém os saberes que são mais registrados, praticamente em quase todas as datas apontadas, são os de Língua Portuguesa e o de Matemática. Esses dados remetem a Hébrard (1990) que conta a história da representatividade destes saberes para a cultura escrita ao longo do tempo, e explica a razão da regente da sala priorizar o trabalho com eles.

Figura 3 – Página do Registro de Classe

| CONTEÚDO | | |
|----------|--|---------------|
| DATA | | RUBRICA PROF. |
| | leto, as pinças, palavras e sílabas com L. Mat: calendário, Guia do Brinquedo gráfico simples. | |
| 06/06 | ling. Portuguesa: compreensão da formação silábica da família do L. Mat: noção de adição; calendário. Ciências: fases da lua: cheia, minguante, nova. | |
| 07/06 | Revisão de mat: CAS. Revisão: ling. Port: letras do alfabeto. | |
| 08/06 | ling. Port: texto informativo sobre o LOBO. Ciências: animal carnívoro mamífero, hábitos. Mat: calendário, quantidade, formas geométricas. | |
| 09/06 | Arte: confecção de ingressos para a Festa Junina. | |
| 10/06 | Mat: calendário, quantidade, numerais de 0 a 5. Tempo: ling. Portuguesa: texto recita de Bole, letra "B" e identificar a palavra Bolo no texto. | |
| 13/06 | ling. Port: livro pg. 66 (letra B), palavra - BALA. Mat: calendário, quantidade, sequência, lateralidade. | |
| 14/06 | Mat: calendário, tempo, numerais 6 e 7. ling. Port: texto "Ba da cara pinta", organização do caderno, espaçamento, direção da escrita. Geografia: campo e cidade. | |
| 15/06 | ling. Port: juntar sílabas do B e do L e escrever palavras. Cópia de frase e ilustração. Ensino Religioso: "Amizade". Mat: calendário, exercício no livro, pg. 64. | |
| 16/06 | Arte, literatura e Educação Física: vídeo sobre Festa Junina. | |
| 17/06 | Mat: massa, calendário. ling. Portuguesa: formação de palavras. Guia do Brinquedo. | |
| 20/06 | ling. Port: texto parlada: organização do caderno, noção de escrita, espaçamento entre palavras. Mat: quantidade de 0 a 5, exercícios de fixação. | |
| 21/06 | História e Geografia: início do inverno. Ciências: réptil, mamífero, características. Mat: calendário, agenda. | |
| 22/06 | ling. Port: revisão B, L e M. Mat: calendário, perímetro e formas geométricas. | |
| 27/06 | Mat: calendário, agenda, quantidade e numeral de 0 a 5. ling. Port: família silábica do M, palavras com M. | |
| 28/06 | ling. Port: exercício no livro pg. 92 e 93 (M). Mat: calendário, Ensino Religioso. | |
| 29/06 | Mat: sequência numérica, numerais, 0 a 5, calendário. ling. Portuguesa: recita de cara (verificação); Festa Junina de final de semestre. | |
| 30/06 | Educação Física; Arte e literatura: Festa Junina. | |

Fonte: Arquivo da Escola Municipal Professora Leci Caldeira Scherner (2011).

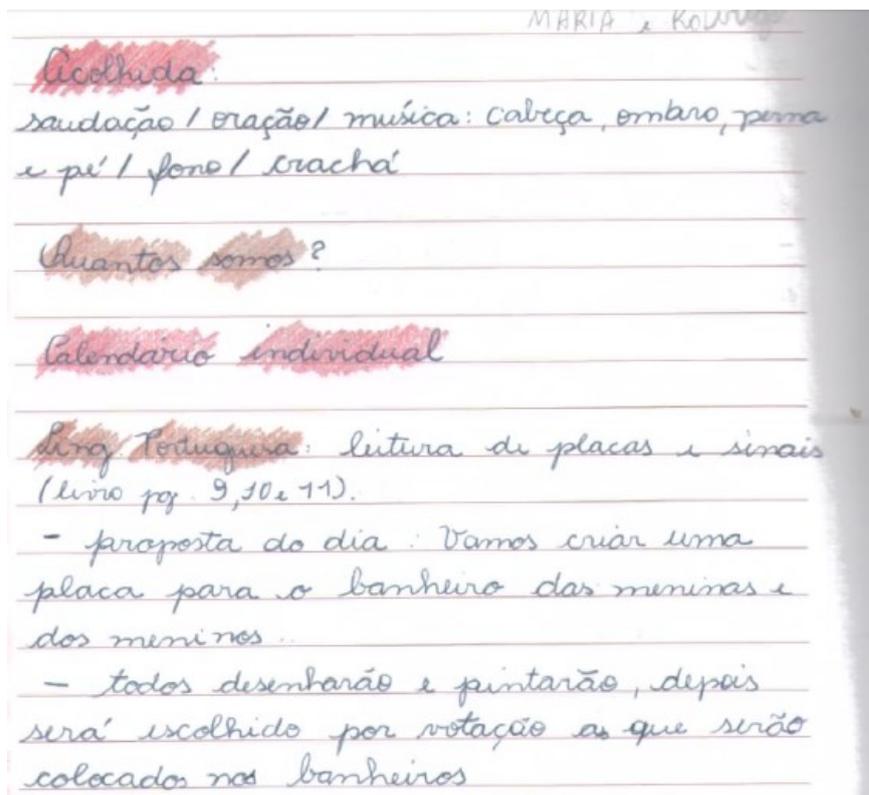
De acordo, portanto, com o registro de classe naquele documento escolar, o LD de Língua Portuguesa foi usado esporadicamente durante o mês de junho (2011), pois consta sua utilização apenas três vezes (páginas 66, 92 e 93) conforme consta nas datas de 13/06 e 28/06. Assim, há uma diferença grande entre a quantidade de vezes que a Língua Portuguesa foi trabalhada com a quantidade de vezes que foi usado o livro didático desta área. Isso pode indicar que a professora buscava outros recursos didáticos para ensinar a língua materna. Mesmo assim, percebeu-se que esses registros, de poucas páginas e de forma intercalada, já são indícios de que havia a prática de usar LD, mesmo que de tempos em tempos.

A professora, ainda sobre a Figura 3, não fez igualmente neste documento o registro do título da obra adotada pela escola, e que estaria sendo usado pela turma. Porém se trata da

obra “Porta Aberta: letramento e alfabetização linguística” (BRAGANÇA; CARPANEDA, 2008), pois foi este o primeiro livro trabalhado naquela unidade de ensino.

Analisando o Diário de Classe desta docente, que conforme referido é a autora deste estudo³, verificou-se de uma forma mais precisa as alternâncias temporais que foram feitas durante o uso deste material didático:

Figura 4 – Página do Diário de Classe



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2011).

Diante disso, através do Quadro 2 é possível ver detalhadamente os dias em que a docente do primeiro ano do Ensino Fundamental, fez uso do LD de Língua Portuguesa no período de 2011:

³ O fato de ter se passado algum tempo, a autora desta pesquisa não se recordava com nitidez a maneira como usou o LD, e este afastamento propiciou examinar seus próprios registros nestes materiais como se fossem desconhecidos.

Quadro 2 – Registro do uso do Livro Didático, de Língua Portuguesa, no Diário de Classe

| Data indicada no Diário de Classe | Páginas do LD de Língua Portuguesa |
|-----------------------------------|--|
| 09.02.2011 | Página 07 |
| 11.02.2011 | Páginas 9, 10 e 11 |
| 15.02.2011 | Páginas 17 e 18 |
| 23.02.2011 | Página 18 |
| 25.02.2011 | Há indicação do LD, mas sem a página |
| 06.04.2011 | Páginas 38 e 39 |
| 17.05.2011 | Páginas 33, 35, 37 e 41 |
| 24.05.2011 | Páginas 42 e 43 |
| 07.06.2011 | Página 87 |
| 28.06.2011 | Páginas 92 a 95 (inclui 93 e 94) |
| 03.08.2011 | Páginas 102 e 103 |
| 07.08.2011 | Registrado apenas “letra R”, sem indicação das páginas |
| 16.08.2011 | Páginas 114 e 115, 116 (como tarefa de casa) |
| 17.08.2011 | Página 115 (continuação) |
| 22.08.2011 | Páginas 72, 73 e 74 |

Fonte: Elaborado pela autora com os dados do Diário de Classe (2011)

Diante das anotações feitas pela docente em seu Diário de Classe⁴, representada no Quadro 2, foi possível observar que o LD, apesar de também não ter sido caracterizado por ela no Diário, foi usado segundo a opção desejada pela docente. Em outras palavras, a regente da turma não optou somente por seguir as páginas na sequência que propunha o livro escolar, mas criou outras táticas (CERTEAU, 1994) de uso ao alternar as laudas.

No Quadro 3, poderão ser ainda examinados os meses, do primeiro semestre, em que esta professora do primeiro ano mais trabalhou com este material didático, bem como a

⁴ Apesar de o Livro de Registro e o Diário de Classe pertencerem a mesma professora, há entre eles divergência em alguns dados. A data do dia 13. 06.2011 não está no diário da professora. Já a data de 28.06 consta neste documento as páginas 92 e 93, mas no diário está anotado: ‘92 a 94’. Por essa razão, essas duas fontes serão analisadas independentemente.

quantidade de folhas utilizadas.

Quadro 3 – Frequência do uso do Livro Didático, de Língua Portuguesa

| Meses do ano | Quantidade de páginas |
|--------------|--|
| Fevereiro | 6 páginas (07, 09, 10, 11, 17 e 18) |
| Abril | 2 páginas (38 e 39) |
| Maiο | 6 páginas (33, 35, 37, 41, 42 e 43) |
| Junho | 5 páginas (87, 92, 93, 94 e 95) |
| Agosto | 9 páginas (102, 103, 114, 115, 116, 72, 73 e 74) |

Fonte: Elaborado pela autora com os dados do Diário de Classe (2011).

De acordo com os dados do Quadro 3⁵ foi detectado que no mês de fevereiro o trabalho com o LD iniciou pela página 7 e terminou na 18, mas foram puladas no total 6 páginas (08, 12, 13, 14, 15 e 16). No mês de abril houve um avanço para a página 38, seguida pela 39. Já em maio, retrocedeu para a página 33 sendo que a última a constar é a 43, ali foram folheadas cinco páginas (34, 36, 38, 39 e 40). Não há registro do uso deste objeto no mês de março, o que se infere que a opção de não ser dele feito uso, não deixa de ser uma “tática” (CERTEAU, 1994) estabelecida.

Em junho avançou-se para a página 87 até 95, mas saltando quatro das que estavam entre 87 a 92 (88, 89, 90 e 91). O mês de agosto é o mais complexo de uso, pois inicia pela página 102 e segue pulando páginas até a 116, volta para a 115 (no dia 16), recuando um número maior de páginas depois até a 72, e segue as páginas na sequência sem pular nenhuma até a 74. Neste processo todo, ou seja, entre os avanços e retrocessos, constatou-se que entorno de 10 páginas foram suprimidas (104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112 e 113).

Com a observação, portanto, dos quadros já foi possível apreender múltiplos usos (CERTEAU, 1994) que foram empreendidos no LD, relacionado somente na sequência das páginas, podendo chegar no total de cinco tipos de alteração de páginas, conforme indica o Quadro 4:

⁵ Estão sendo, no Quadro 3, contabilizadas somente as páginas do “Diário de Classe”, que tem o número indicado.

Quadro 4 – Múltiplos usos do livro didático de Língua Portuguesa

| Constituição do número de usos | Mês | Modos de usos do LD |
|--------------------------------|-----------|---|
| 1º | Fevereiro | Seguir a sequência das páginas em ordem crescente, mas pulando páginas. |
| 2º | Abril | Seguir a sequência em ordem crescente, sem pular páginas. |
| 3º | Maiο | Retroceder, depois seguir a sequência em ordem crescente pulando páginas. |
| 4º | Junho | Avançar muitas páginas, seguir em ordem crescente pulando páginas. |
| 5º | Agosto | Retroceder as páginas e seguir em ordem crescente, voltar a página anterior, recuar um número maior de páginas e seguir em ordem crescente, sem pular página. |

Fonte: Elaborado pela autora com os dados do Diário de Classe (2011).

Assim, diante de toda análise feita na fala das professoras e nos documentos encontrados nas escolas. Em outras palavras, analisando minuciosamente os depoimentos, através de todas as respostas contidas no roteiro, e também avaliando as outras fontes apuradas, percebeu-se que foram empreendidos diferentes usos para um mesmo objeto cultural. Sabendo ainda que a intenção das docentes na diversidade de relação com o LD foi a de fazer com que esse material didático contribuísse com aprendizagem dos seus alunos.

Conclusão

O consumo e os diferentes tipos de usos (CERTEAU, 1994) foram categorias que se constituem como ponto central desta pesquisa, pois ali estão contidos os objetivos deste trabalho que desejava desvendar como foram feitos os usos do livro didático de Língua Portuguesa, por docentes que atuam com o primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos. A relevância do período, de 2007 a 2011, se dá por entender quais foram as primeiras dificuldades encontradas por professores que atuaram no início da implantação desse ensino.

A oportunidade de contar, além disso, com a colaboração de nove professoras pioneiras desse processo inicial de implantação do primeiro ano possibilitou, a essa pesquisa, alcançar o objetivo proposto. Contudo, apesar de as entrevistas terem sido respondidas de forma abrangente em alguns momentos, ocasionando respostas dúbias e por vezes deixando lacunas, foi possível ainda assim atingir o alvo deste estudo, pois os diferentes usos foram constatados, ora por se constituir em mudanças nas atividades propostas, ora por se constituir

na forma de (re)elaborar a sequência didática das atividades do livro usado.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coords.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. (Orgs.) **Ensino Fundamental de nove anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2014.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa** (USP), São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, dez. 2004b. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022004000300008>. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27953/29725>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Em foco: história, produção e memória do livro didático (Apresentação). **Educação e Pesquisa** (USP), São Paulo, v. 30, n. 3, p. 471-473, dez. 2004a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000300007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 28 out. 2014.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História da América: reflexões sobre problemas de identidades. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, v. 4, p. 1-11, 2005.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro Didático de História: práticas e formação docente. In: DALBEN, Angela *et al.* (Orgs.). **Convergências e Tensões no Campo da Formação do Trabalho Docente**. Ensino de história. Belo Horizonte: Autentica, 2010. v. 6, p. 544-565.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Tese (doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. (Org.). **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

BRAGANÇA, Angiolina Domanico; CARPANEDA, Isabella. **Porta Aberta**: letramento e alfabetização 1º ano. São Paulo: FTD, 2008.

BRASIL. **Ensino Fundamental de nove anos**: Passo a passo do processo de implantação. Brasília: Ministério da Educação, 2009a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passo_a_passo_versao_atual_16_setembro.pdf>. Acesso em: 28 out. 2014.

BRASIL. **Guia de livros didáticos**: PNLD 2010: Letramento e alfabetização/Língua Portuguesa. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2009b. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/livro_didatico/guia_pnld_2010/lingua_portuguesa.pdf>. Acesso em: 28 out. 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 26 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 28 out. 2014.

BRASIL. **Lei nº 10.172**, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 28 out. 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.114**, de 16 de maio de 2005. Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm>. Acesso em: 28 out. 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.274**, de 06 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm>. Acesso em: 28 out. 2014.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: língua portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Vol. 2. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2014.

BUENO, Maria Lucinéia Corrêa. **Ensino fundamental de nove anos**: implementação e organização escolar em Dourados/MS. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação. Universidade Federal da Grande Dourados. Mato Grosso do Sul, 2010. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/faed/mestrado-educacao/downloads/dissertacao-de-mara-lucineia-marques-correa-bueno>>. Acesso em: 28 out. 2014.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. v. 1.

CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, Jean. A invenção do cotidiano: uma leitura, usos. Tradução de Mariza Romero. **Proj. História**, São Paulo, n. 17, nov. 1998. Disponível em: <revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download>. Acesso em: 28 out. 2014.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução de Mary Del Priore. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro do leitor ao navegador**. Tradução de Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, p. 36-49, São Paulo, jan./abr. 1991. Disponível em: <<http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/CHARTIEROmundocomorepresentacao.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2014.

CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas de leitura**. Tradução de Cristiane Nascimento. São Paulo: Liberdade, 1996.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Revista brasileira História da Educação**, Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set./dez. 2012a. Disponível em: <<http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/rbhe.2013.008>>. Acesso em: 28 out. 2014.

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático e formação do professor são incompatíveis? In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MUNAKATA, Kazumi; RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. **SIMPÓSIO 6: O livro didático e a formação de professores**. [Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores (1: 2001: Brasília). Simpósios [do] Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores. /Marilda Almeida Marfan (Org.)]. Brasília: MEC, SEF, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol1b.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. 1997. 218 f. Tese (Doutorado)– História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997. Disponível em: <http://www.academia.edu/3763517/Produzindo_livros_didaticos_e_paradidaticos>. Acesso em: 14 mar. 2014.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 03, p. 51, set./dez. 2012b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072012000300004>. Acesso em: 20 fev. 2014.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **História**. Disponível em: <<http://www.sjp.pr.gov.br/historia/>>. Acesso em: 20 fev. 2014b.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **IDH**. Disponível em: <<http://www.sjp.pr.gov.br/idh/>>. Acesso em: 20 fev. 2014b.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Localização**. Disponível em: <<http://www.sjp.pr.gov.br/localizacao/>>. Acesso em: 20 fev. 2014a.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Currículo para as Unidades da Rede Municipal de Ensino Fundamental. São José dos Pinhais, 2008.